ISSN: 2358-8829

A FEMINILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAJETÓRIAS, DESIGUALDADES DE GÊNERO E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO

Nathalia Deliberato Aspasio Sartori [1]
Marian Ávila de Lima e Dias[2]

INTRODUÇÃO

> Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.
>
> Rosa Luxemburgo

Este trabalho analisa o processo de feminilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando compreender como as desigualdades de gênero atravessam as trajetórias educacionais de mulheres que retornam à escolarização na vida adulta. Parte-se da compreensão de que, embora a EJA se apresenta como uma importante política de inclusão educacional, as experiências das mulheres nesse espaço permanecem marcadas por condicionantes históricos, sociais e culturais que incidem sobre suas possibilidades de acesso, permanência e participação na escola.

A educação configura-se como um direito fundamental e instrumento essencial para a igualdade de gênero, o desenvolvimento social e a superação da pobreza. Contudo, no século XXI, as mulheres continuam a enfrentar maior vulnerabilidade social decorrente da divisão desigual do trabalho reprodutivo , isto é, as responsabilidades exclusivas com o cuidado da casa, filhos e familiares. Essa sobrecarga impõe restrições severas à sua permanência na escola e no mercado de trabalho, manifestando-se com maior intensidade entre as mulheres das camadas populares.

Na sociedade brasileira, a escola sempre refletiu as relações sociais mais amplas, funcionando historicamente como um espaço marcado pela presença masculina e

[1] Mestranda em Educação da Universidade Federal de São Paulo - SP, nathaliasartori@se-pmmc.com.br;
[2] Professor orientador: Doutora em Psicologia Escolar com Pós Doutorado em Educação, Docente do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de São Paulo - SP, marian.dias@unifesp.br.

ISSN: 2358-8829

branca. Assim, ao mesmo tempo em que se propõe como lugar de formação para homens e mulheres, a escola também reproduz as desigualdades e as representações de gênero construídas socialmente. Com o passar do tempo, contudo, esse espaço foi sendo tensionado pelas mudanças sociais e pelas lutas por reconhecimento, o que impulsionou a inclusão de grupos antes excluídos, como as mulheres e as pessoas negras, ainda que de forma desigual e permeada por conflitos.

As mulheres constituem a imensa maioria entre as professoras e demais educadoras nas escolas, assim como entre as educandas, de modo expressivo, entre as estudantes da EJA. Nesse segmento, a presença feminina é marcante entre jovens,adultas e idosas, o que traz questões específicas para os currículos, as práticas pedagógicas e as relações interpessoais que se estabelecem no cotidiano escolar: entre educandas e educadores, entre as próprias educandas e também nas interações com os educandos. A partir dos anos 1990 e 2000, as relações de gênero passaram a provocar importantes reconceituações nas categorias explicativas dos estudos em educação, contribuindo para a compreensão de como desigualdades e hierarquias simbólicas se reproduzem no espaço escolar.

Atualmente, mais da metade da população brasileira é composta por mulheres, e a taxa de analfabetismo entre elas é significativamente menor do que entre os homens. Apesar desses avanços, persistem inúmeros obstáculos à escolarização feminina, especialmente entre as meninas das classes populares. Desde a infância, muitas assumem responsabilidades domésticas e de cuidado com irmãos ou familiares, o que reduz seu tempo disponível para o estudo e compromete sua permanência na escola. Além disso, continuam a vigorar crenças sociais que desvalorizam a educação das mulheres, sustentadas pela ideia de que seu destino natural estaria restrito ao matrimônio e às atividades do lar. Soma-se a isso a ocorrência de gravidez precoce, que frequentemente resulta na evasão escolar e perpetua um ciclo de exclusão e desigualdade educacional. Como observa Louro (1997), tais limitações não decorrem de diferenças biológicas ou individuais, mas de construções históricas e culturais que definem papéis sociais distintos para homens e mulheres, reproduzindo hierarquias e restrições no acesso das mulheres à educação.

Embora as conquistas das últimas décadas representem avanços importantes, ainda é possível perceber que muitas formas de desigualdade se mantêm enraizadas no tecido social e educacional. Horkheimer (1983) já alertava que as estruturas de dominação não desaparecem, apenas se transformam, reproduzindo de maneira sutil nas instituições e nas relações cotidianas. Quando essa lógica se projeta sobre a vida das mulheres, ela reforça papéis e expectativas que limitam sua autonomia e ofuscam suas possibilidades de emancipação. A Educação de Jovens e Adultos emerge não apenas como uma oportunidade de retomada dos estudos, mas como um espaço de resistência e de

reconstrução de identidades historicamente silenciadas.

Dentre os diversos sujeitos da EJA, destacam-se as mulheres que, apesar de assumirem majoritariamente as tarefas domésticas e a responsabilidade financeira do lar (Lima, Wiese & Haracemiv, 2021), buscam a conclusão dos estudos obrigatórios previstos na legislação brasileira, visando romper com as opressões cotidianas no âmbito familiar e social e conquistar emancipação, autonomia e independência financeira. Segundo as autoras, essas mulheres percebem a EJA como uma oportunidade de ter vez e voz, em um espaço que as reconheça enquanto pessoas capazes de transformar suas vidas, retomando o desejo de ocupar um lugar ativo na sociedade (Lima, Wiese & Haracemiv, 2021).

Esses dados reforçam a necessidade de desenvolver políticas públicas voltadas à permanência e à valorização das mulheres na EJA, uma vez que o acesso formal, por meio da matrícula, não assegura inclusão efetiva. Embora representem a maioria entre os estudantes adultos, muitas mulheres enfrentam condições adversas que dificultam a continuidade dos estudos, como a conciliação entre responsabilidades domésticas e escolares, a dupla jornada de trabalho, a maternidade e, em alguns casos, a resistência familiar à sua escolarização.

Sob a perspectiva da teoria crítica e dos estudos de gênero, a feminilização da EJA ultrapassa a mera mensuração estatística, revelando-se como expressão de desigualdades estruturais que produzem percursos escolares interrompidos. A pesquisa objetiva investigar como as assimetrias de gênero e as violências simbólicas impactam o retorno dessas educandas à escola, bem como analisar a EJA como um espaço de reconstrução da autonomia, da autoestima e da emancipação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e analítico-descritivo, fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental.

A coleta e análise dos dados organizaram-se em duas etapas principais:

1. **Levantamento Bibliográfico:** Analisou-se a literatura científica sobre relações de gênero na EJA. Destacam-se os mapeamentos de Santos e Silva (2020) — que identificaram apenas 1 artigo focado em mulheres e gênero entre 460 trabalhos sobre EJA na CAPES (2006-2017) — e de Medeiros e Santos (2021), que constataram que apenas 3 de 57 artigos analisados (2011-2020) incorporavam a categoria gênero.

2. **Análise de Dados Educacionais:** Utilizaram-se os dados oficiais do Censo Escolar

ISSN: 2358-8829

da Educação Básica de 2024 (INEP, 2025) para caracterizar o perfil demográfico e as matrículas por faixa etária e sexo no âmbito da EJA.

Os dados foram interpretados a partir da articulação entre a teoria crítica e as teorias feministas/pós-estruturalistas de gênero.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica desta pesquisa ancora-se na Teoria Crítica e nos Estudos de Gênero, estabelecendo um diálogo com autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Simone de Beauvoir, Judith Butler e Guacira Lopes Louro.

Adorno (1995) postula que a educação deve cultivar a autonomia intelectual e moral dos sujeitos, capacitando-os a resistir às formas de dominação e opressão. Nesse horizonte, a escolarização feminina na EJA não deve se limitar à certificação ou inserção formal no sistema de ensino, mas constituir-se como um processo de libertação frente às estruturas patriarcais. Conforme alertam Adorno e Horkheimer (1985), o esclarecimento reduzido à racionalidade instrumental tende a reproduzir as relações de dominação; assim, a educação só se torna emancipadora quando desperta a consciência crítica dos sujeitos.

Historicamente, a escola brasileira refletiu a hegemonia masculina e branca, funcionando como um espaço reprodutor de hierarquias. Como aponta Louro (1997, 2004), o gênero é uma construção sociocultural atribuída aos corpos e às práticas sociais, e não um dado biológico. Durante séculos, as mulheres foram confinadas à esfera privada e ao aprendizado de prendas domésticas. Quando o acesso ao magistério lhes foi concedido, isso ocorreu sob a justificativa de que a docência seria uma "extensão natural" da maternidade, mantendo intacta a ordem patriarcal (LOURO, 2004; FERNANDES, 2024).

A naturalização da subordinação feminina é desconstruída por Beauvoir (2019), ao demonstrar que a suposta inferioridade da mulher decorre de mitos e construções históricas. Butler (1990, 2021) radicaliza essa crítica ao propor a teoria da performatividade de gênero, demonstrando que as identidades e hierarquias são efeitos de práticas discursivas normativas.

No âmbito internacional, marcos como a CONFINTEA V (1997) e a CONFINTEA VI (2010) reiteram que a aprendizagem e educação de adultos são pilares indispensáveis para a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento das crises sociais.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do Censo Escolar (INEP, 2025) evidenciam um perfil demográfico bem definido na EJA: a modalidade é predominantemente jovem, com 63,9% dos matriculados com menos de 40 anos. Observa-se um nítido recorte de gênero ao comparar as faixas etárias:

Faixa Etária / Perfil	Predominância por Sexo	Percentual de Matrículas
Abaixo de 20 anos	Masculino	60,3%
20 anos ou mais	Feminino	56,7%

Elaborado pela autora.

Essa inflexão demonstra que a partir dos 20 anos a presença feminina torna-se majoritária. O retorno das mulheres à escola na vida adulta é marcado pela necessidade de superar trajetórias interrompidas na infância e adolescência devido ao trabalho precoce, responsabilidades com os afazeres domésticos, maternidade e casamentos precoces (NOGUEIRA, 2005; MONTEIRO, 2012).

A escassez de pesquisas acadêmicas sobre o tema evidenciada por Medeiros e Santos (2021) e Santos e Silva (2020) contrasta com a realidade cotidiana das escolas, onde as mulheres representam a maioria das estudantes adultas e das educadoras. As análises revelam que as estudantes enfrentam a dupla ou tripla jornada de trabalho, a conciliação do cuidado com familiares e, frequentemente, a resistência conjugal ao seu processo de escolarização.

Apesar dessas barreiras estruturais, os achados indicam que a EJA assume um papel que transcende a obtenção do diploma. Conforme salientam Lima, Wiese e Haracemiv (2021), as educandas percebem a escola como um espaço de escuta humanizadora, conquista de "voz e vez", aumento da autoestima, socialização e busca por independência financeira e autonomia pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feminilização da Educação de Jovens e Adultos é o reflexo de condicionantes históricos e sociais que continuam a impactar assimetricamente a vida das mulheres. O estudo demonstra que o acesso formal à matrícula não garante a inclusão nem a permanência plena, sendo indispensável a formulação de políticas públicas educacionais com recorte de gênero.

A EJA consolida-se não apenas como uma modalidade de ensino reparadora, mas como um espaço fundamental de resistência, ressignificação de trajetórias e emancipação humana. Recomenda-se a expansão de pesquisas acadêmicas que adotem o gênero como categoria central de análise na EJA, bem como a implementação de práticas pedagógicas críticas e inclusivas que considerem as especificidades e as biografias formativas das educandas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Relações de Gênero; Feminilização; Emancipação; Trajetórias Educacionais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARAÚJO, Maria Luiza Macedo. **Sexo e moralidade**: o prazer como transgressão no pensamento católico. Londrina: Editora UEL, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Resumo Técnico. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CONFINTEA V (Conferência Internacional para Educação de Jovens e Adultos). **Declaração de Hamburgo e Agenda para o Futuro**. Hamburgo, Alemanha, 1997.

CONFINTEA VI (Conferência Internacional para Educação de Jovens e Adultos). **Marco de**

ISSN: 2358-8829

Ação de Belém. Belém, Brasil, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil Colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 58-77, nov. 2001.

FERNANDES, Karen Felipe. **O processo de feminização do magistério**: uma análise a partir das relações de gênero. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. *In*: HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica**: uma documentação. São Paulo: Perspectiva, 1983.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andréia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. As mulheres da EJA: do silenciamento de vozes à escuta humanizadora. **Revista FAEEBA**: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jul./set. 2021.

LOBO, Elisabeth Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 221–229, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. Frase atribuída à autora, baseada em seus escritos políticos e cartas.

MEDEIROS, Luiza F. R. de; SANTOS, Vanessa de J. R. Estudos em Educação de Jovens e Adultos: a importância das revisões systematizadas. **Revista Communitas**, Rio Branco, v. 5, n. 11, p. 173-187, jul./set. 2021.

MONTEIRO, Nina. **Mulheres na EJA**: a busca pela emancipação. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto de Educação, UFRRJ, Seropédica, 2012.

NEVES, Samantha F. S. **Emoção que fecunda e potencializa a razão**: gênero nas pesquisas educacionais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação de Jovens e Adultos e Gênero: um diálogo imprescindível à elaboração das políticas educacionais destinadas às mulheres das camadas populares. *In*: SOARES, Leôncio (org.). **Aprendendo com a Diferença**: Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RABELO, Rosilda Maria de Figueiredo; MARTINS, Marilda C. de O. **A construção social da diferença sexual**: aspectos da educação e gênero. São Paulo: EDUC, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. **Mulher e educação formal no Brasil**: estado da arte e bibliografia. Brasília: REDUC/INEP, 1990.

ISSN: 2358-8829

SANTOS, Pollyana dos; SILVA, Gabriela da. Os sujeitos da EJA nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 1-21, 2020.

SOARES, Leôncio José. **Mulheres na EJA**: questões de identidade e gênero. Campinas: Unicamp, 2005.